



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2010
(Da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento
Regional)

Solicita Informação ao Sr. Ministro das Comunicações, José Artur Filardi Leite, sobre o montante repassando do Governo Federal para as operadoras de telefonia móvel, fixa, comunitária e Internet, nos estados do Amapá, Acre e Amazonas.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, seja solicitada Informação ao Sr. Ministro das Comunicações, Senhor José Artur Filardi Leite, sobre o montante repassando do Governo Federal para as operadoras de telefonia móvel, fixa, comunitária e Internet, nos estados do Amapá, Acre e Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério das Comunicações, gestor das concessões e regulamentações, tem também o dever de fiscalizar os recursos disponibilizados para que as comunidades recebam estes serviços. Em viagens aos estados da Região



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Amazônica, membros deste Colegiado, verificaram a ausência, ou a precariedade, na prestação desses serviços. Os moradores denunciam que a telefonia fixa, e os chamados orelhões (comunitários) muitas vezes não chamam e nem recebem ligações. A móvel, para muitos, é ainda um sonho distante, e quanto à Internet nas escolas, não chegou a todos os municípios.

A Deputada Janete Capiberibe, ex-Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, em Audiência Pública, realizada por este Órgão no último dia 14.4, que debateu os Serviços de Internet e telefonias fixa e móvel nos estados do Amazonas e do Amapá, afirmou que “as comunidades indígenas e de pescadores também sofrem com o serviço de telefonia fixa. As pessoas vivem em um estado constante de separamento. É um absurdo que em uma comunidade isolada, as pessoas tenham telefones públicos que apenas recebem ligações. Não podendo usá-los sequer para chamar um médico”.

Por essa razão, é necessário que saibamos, como representantes legítimos do povo, o quanto de recurso público tem sido disponibilizado para a implantação desses serviços nesses estados, que já sofrem com as desigualdades regionais, com a consequente exclusão digital e que são carentes de uma boa prestação de serviços de telefonia.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 2010.

Deputado **MARCELO SERAFIM**

Presidente